

# O USO DA RETÓRICA ECOLÓGICA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES LATINO-AMERICANAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

## *EL USO DE LA RETÓRICA ECOLÓGICA EN LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO EN CIUDADES LATINOAMERICANAS: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA*

Ítalo César de Moura SOEIRO<sup>1</sup>  
Marina WERTHEIMER<sup>2</sup>  
Tamires Pereira SILVA<sup>3</sup>  
Diana Carolina Gómez BAUTISTA<sup>4</sup>  
Cláudio Jorge Moura de CASTILHO<sup>5</sup>

### RESUMO

Enquanto que grande parte da opinião pública incorpora a “crise ecológica” como um dos principais temas de nossa época, a conversão ao ecologismo de todas as instituições se faz inevitável – ainda que como uma tática mercantil ou política de oportunistas que se afanam das retóricas ecológicas para os mais diversos projetos. Neste contexto, entendendo que a retórica ecológica promove persuasão “verde” e suaviza os movimentos sociais de resistência territorial frente aos projetos de renovação urbana, os agentes da produção do espaço fazem uso das vozes do ecologismo para legitimar o projeto neoliberal de cidade. Este artigo trata de uma revisão de literatura, pela qual se buscou compreender como a retórica ecológica é utilizada na produção do espaço de distintas cidades latino-americanas. Buscaram-se trabalhos de pesquisadores que, assim como nós, estão cientes da perversidade que se pode gerar através do *ethos* do ecologismo. Apesar das particularidades de cada caso, a utilização da retórica ecológica como criadora de utopias se apresentou como um traço comum, um alibi verde que encobre as problemáticas ecológicas e sociais envolvidas.

**Palavras-chave:** mercantilização; commodificação; natureza; verde; utopia.

---

<sup>1</sup>Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco – PRODEMA/UFPE, Membro do Grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano – MSEU e Colaborador do *Grupo de Estudios Cultura, Naturaleza y Territorio* da *Universidad de Buenos Aires* – GECNT/UBA. E-mail: italosoeiro@gmail.com

<sup>2</sup>Doutoranda em Ciências Sociais pela UBA e é membro do *Instituto de Investigaciones “Gino Germani”*. E-mail: lasmarunas@gmail.com

<sup>3</sup>Mestre em Sistemas de Informação Geográfica e Modelação Aplicados ao Ordenamento pela Universidade de Lisboa (UL) E-mail: tamires1sig@gmail.com

<sup>4</sup>Doutoranda do PRODEMA/UFPE e membro do MSEU. E-mail: dianacaro.gomez@gmail.com

<sup>5</sup>Professor adjunto do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (DCG – UFPE) e coordenador do MSEU. E-mail: claudio.castilho@pesquisador.cnpq.br; cjmc@ufpe.br

## RESUMEN

Mientras que gran parte de la opinión pública encarna la "crisis ecológica" como uno de los principales temas de nuestro tiempo, la conversión al ecologismo de todas las instituciones se hace inevitable - aunque como una táctica comercial o política de oportunistas que se afanan de las retóricas ecológicas para diversos proyectos. En este contexto, comprendiendo que la retórica ecológica promueve la persuasión "verde" y suaviza los movimientos sociales de resistencia territorial ante los proyectos de renovación urbana, los agentes de la producción del espacio se afanan de las voces del ecologismo para legitimar el proyecto neoliberal de ciudad. En este artículo se hizo una revisión de la literatura, en la que hemos tratado de entender cómo la retórica ecológica es utilizada en la producción del espacio en diferentes ciudades de América Latina. Trajimos trabajos de investigadores que, como nosotros, son conscientes del mal que se puede generar a través del *ethos* del ecologismo. Aunque existan particularidades en cada caso, el uso de la retórica ecológica como engendradora de utopías se presentó como una continuidad, una coartada verde que cubre las problemáticas ecológicas y social involucradas.

**Palabras Clave:** mercantilización; commodificación; naturaleza; verde; utopía.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em meados do século XX, mais especificamente entre finais de 1940 e a década de 1960, diante de um contexto de alarme frente ao suposto esgotamento de recursos e ao agravamento dos processos de contaminação ambiental (ZUSMAN & CASTRO, 2009), as bases modernas iluministas foram mais uma vez postas em questão. Elaboraram-se, neste momento, fortes críticas e estudos – ancorados em diferentes perspectivas – que destacavam as consequências das práticas de domínio e modificação progressivas da natureza. Período também marcado pelas reivindicações e fortalecimento dos movimentos ecologistas.

Tais movimentos, por outro lado, foram (e continuam sendo, como veremos mais adiante) absorvidos pelos processos alienantes e reificadores da ideologia capitalista, colocando em questão a vertente retórica<sup>6</sup> do ecologismo: será que produz uma ética menos antropocêntrica ou ao ser absorvida e ideologizada seguindo os direcionamentos do modo de produção capitalista, tornou-se apenas uma estratégia mercadológica para produção de valores econômicos? Como esta retórica

---

<sup>6</sup>O que se nomeia de retórica, aqui, não se trata da abordagem linguística de análise, mas dos jogos narrativos criados pelo Estado e por agentes privados para “prender o receptor, para encantá-lo, entretê-lo, seduzi-lo, convencê-lo ou cooptá-lo, de acordo com sua natureza, suas intenções [...] suas estratégias e artimanhas, os conteúdos ideológicos do contexto cultural, da situação, de uma intenção específica.” (GOTTARDI, 2006, p.9). Portanto, temos de um lado os processos ideológicos de criação de imagens e para tanto os códigos retóricos de convencimento e persuasão.

ecológica é utilizada na produção do espaço urbano? Isso porque, chegou-se a um momento em que se produz uma narrativa de reaproximação da sociedade humana com relação à natureza, porém, o cerne desta retórica pode não se tratar de uma reaproximação no sentido da harmonia ecológica, ou mesmo de uma ética responsável com o mundo humano e não-humano, mas aparenta ser, sobretudo, mercadológica na qual o “belo” da vez está nos representantes figurativos de uma ideia social e historicamente produzida de natureza: o verde, o rio, o parque, o jardim, o bosque etc.. Portanto, constrói-se, a partir desta retórica, uma percepção em relação ao meio que confere novos conteúdos às territorialidades do urbano e que se impõem por movimentos de reaproximação (de alguns) e distanciamento com relação aos elementos condicionados a serem percebidos como a natureza (SOEIRO & CASTILHO, 2015).

Neste contexto, podemos afirmar que o espírito ocidental, como alertou Turner (1990), concebe a Natureza<sup>7</sup> como uma natureza que contém um tom moralizante, persuasivo e que distorce a realidade em favor dos interesses sociais hegemônicos. Portanto:

[...] uma árvore é uma árvore. Sim, sem dúvida. Mas uma árvore [...] já não é exatamente uma árvore, é uma árvore decorada, adaptada a um certo consumo, investida de complacências literárias, de revoltas, de imagens, em suma, de um uso social que se acrescenta ao da simples matéria (BARTHES, 1975, p. 131).

Pensando esta discussão no contexto das metrópoles contemporâneas, percebe-se que ao mesmo tempo em que se distanciam de sua “naturalidade”, através da urbanização que transforma o que outrora era abundante em raridade, como afirmou Lefebvre (1999), multiplicam-se signos da natureza que substituem e suplantam a Natureza: “Uma árvore, uma flor, um ramo, um perfume, tornam-se signos da ausência: ilusória e fictícia presença. Ao mesmo tempo, a naturalização obceca.” (LEFEBVRE, 1999, p. 36). Esta natureza é preparada por uma retórica que busca sentidos e conteúdos ilusórios. Nesta perspectiva, “Não existe cidade, nem espaço urbano, sem jardim, sem parque, sem simulação da natureza, sem labirintos, sem evocação do oceano ou da floresta, sem árvores torturadas até tomarem formas estranhas humanas e inumanas.” (LEFEBVRE, 1999, p. 35).

Por sua vez, o processo de produção do espaço, sob o sistema capitalista, está intrinsecamente ligado aos interesses da racionalidade instrumental neoliberal da globalização –

---

<sup>7</sup>O termo *natureza*, neste artigo, apresentará duas maneiras de escrita: Natureza, com “N” maiúsculo, que corresponde à *natureza* total; por outro lado a natureza, com “n” minúsculo, que corresponde a uma *natureza* forjada por uma abstração racional e sobre contextos ideológicos concebidos socialmente no processo histórico, conforme proposto por Soeiro & Castilho (2015).

que transforma “tudo que toca” em mercadoria. Um processo permanente de produção de valores. Como alerta Lefebvre (1999, p.142), o espaço “Não se trata mais de terra, do solo, mas do espaço social como tal, produzido como tal, ou seja, com esse objetivo, com essa finalidade”. Neste sentido, como o espaço social, geográfica e historicamente determinado, dos países latino-americanos é desigual, a produção e a acessibilidade com relação ao espaço também se torna funcionalmente hierarquizada e desigual.

Presentemente, entendendo que a retórica ecológica promove persuasão “verde” suavizando os movimentos sociais de resistência territorial frente aos projetos de renovação urbana alguns dos quais destruidores da natureza, os agentes da produção do espaço fazem uso das vozes do ecologismo para legitimar o projeto neoliberal de cidade atualmente vigente em todo o mundo. Portanto, trata-se de um artifício que acaba por agenciar um processo perverso, pois na medida em que inibe a força do lugar, através da persuasão e da manipulação – ou do que Serpa (2005) nomeou de “álibi verde” –, a Retórica ecológica serve aos processos alienantes da produção do espaço promovendo condicionamento social.

Nesta conjuntura, emerge como questão problema deste estudo: como a retórica ecológica serve à produção capitalista do espaço urbano em cidades latino-americanas? Partiu-se da hipótese de que se vive, na América Latina, um momento de reaproximação social da natureza, porém de uma natureza forjada, como fruto da ideologia capitalista, pois, como se trata de uma natureza abstrata, metonímica, imagética, e, sobretudo, cultural – produzida pelo homem – não é de fato uma reaproximação ética. Mas uma reaproximação com relação a uma imagem socialmente idealizada que segue um projeto de valorização estética enquanto objeto sensual de desejo, ou seja, como mercadoria (SOEIRO & CASTILHO, 2015; CASTILHO, SOEIRO & PONTES, 2016).

No que concerne ao percurso metodológico deste estudo, utilizou-se dos resultados de uma revisão bibliográfica, pela qual se buscou compreender como a retórica ecológica é utilizada na produção do espaço de distintas cidades latino-americanas. Buscaram-se trabalhos de pesquisadores que, assim como nós, estão cientes da perversidade que se pode gerar através do *ethos* do ecologismo. Buscou-se fugir da visão ingênua e obnubilante da retórica ecológica. Alerta-se para o fato de que os trabalhos que aqui foram levados em conta não são de pesquisadores que se posicionam contra o movimento ecologista ou mesmo contra suas causas; porém, são trabalhos de pesquisadores que estão atentos aos usos oportunistas e perversos dos argumentos e das vozes do ecologismo.

Para a construção do presente escrito portanto, inicialmente foi conduzida uma coleta de artigos em plataformas confiáveis de indexação ou diretamente no site de revistas eletrônicas que publicam artigos, sobretudo, nas seguintes áreas de avaliação: arquitetura e urbanismo (60400005), planejamento urbano e regional (60500000), geografia (70600007) e ciências ambientais (90500008), como definidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Limitamo-nos ainda, neste artigo, a identificar trabalhos no contexto latino-americano. Em assim sendo, buscou-se nas plataformas de indexação, dentre outros, pelos termos: natureza, naturaleza, produção, producción, imobiliária; inmobiliaria. urbano; cidade, ciudad; ecologismo, etc..

Após a seleção sistemática dos artigos, buscou-se identificar as diversas maneiras mediante a qual a retórica é utilizada na produção das cidades. Assim, o andamento desta revisão pode ser expresso pelo esquema representado na **Figura 1**:



**Figura 1** – Diagrama de andamento da Revisão de Literatura. **Fonte:** Produzido pelo autor, 2016.

Neste contexto, os estudos relativos à utilização da retórica ecológica para a promoção da apropriação privada dos objetos “naturais”, ofereceram-nos alguns olhares clarificadores sobre outros contextos geográficos, permitindo-nos pensar e problematizar a realidade socioespacial brasileira.

Em definitivo, mirando em direção à realização da discussão proposta, este texto foi estruturado para discutir como a retorização ecologista está sendo utilizada no processo permanente de produção capitalista do espaço das cidades brasileiras (primeira seção); como estes processos ocorrem em outros contextos espaciais da América Latina, portanto extrapolando os limites territoriais do Brasil (segunda seção); e a colocação de algumas considerações finais com o intento de continuar contribuindo para os debates sobre o tema ora proposto (terceira seção).

## **1. A RETORIZAÇÃO ECOLÓGICA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM CIDADES BRASILEIRAS**

Hoje, no contexto temporo-espacial brasileiro, muitos pesquisadores estão atentos aos usos do *ethos* ecologista na produção do espaço urbano. Porém, nem sempre foi assim. Um marco na produção brasileira refere-se ao trabalho de Seabra (1987), “Os meandros dos rios nos meandros do poder: o processo de valorização dos rios e das várzeas do Tietê e do Pinheiros na cidade de São Paulo”. Porém, vai ser após a publicação do trabalho “Do Higienismo ao ecologismo: os discursos sobre o espaço urbano” de Costa (1997), que os estudiosos da produção do espaço urbano, sobretudo geógrafos e sociólogos, ainda timidamente, vão procurar entender como o discurso e os argumentos da retórica ecológica refletem na espacialidade das cidades.

Foi após o trabalho “O Espaço no fim do século: A nova raridade” (CARLOS *et al.*, 1999), no qual se divulgam trabalhos como “A ‘rara’ propriedade” (SCARIM, 1999) e “A Mercadoria Verde: A Natureza” (SANTANA, 1999), que se vão popularizar os estudos vinculados à mercantilização da natureza e à produção do espaço no Brasil. Trabalhos que se expressaram a partir dos estudos do turismo (LUCIARI, 2000, 2002), passando por estudos vinculados às políticas públicas (SERPA, 2005), ainda por estudos econômicos que buscavam estimar o preço implícito de “amenidades urbanas”<sup>8</sup> utilizando-se de dados do mercado de imóveis (UBERTI, 2000; HERMANN & HADDAD,

---

<sup>8</sup>Para Hermann & Haddad (2005), as amenidades urbanas são um conjunto de características específicas de uma localidade com contribuição positiva ou negativa para a satisfação dos indivíduos. As amenidades, esclarecem os autores, “[...] não estão restritas a características naturais, como áreas verdes, praias, clima etc. Também estão incluídos na definição os bens (ou males) gerados pelo próprio homem, tais como trânsito, poluição, oferta de entretenimento, segurança etc.” (p.238).

2002, 2005; ALBUQUERQUE *et al.*, 2007), e chegando ao tema da produção simbólica da natureza pelo setor imobiliária (HENRIQUE, 2006).

Após a publicação do artigo “Parque público: um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana?”, de Serpa (2005), a temática pareceu entrar mais fortemente no foco dos pesquisadores. Portanto, os estudos se tornam mais frequentes e ganham diferentes abordagens metodológicas e filosóficas. Neste momento do texto, traremos alguns desses estudos a fim de demonstrar como se vem trabalhando essa temática no Brasil.

Serpa (2005) analisou, à luz de alguns estudos de caso em Paris e Salvador, o papel central dos parques públicos como elementos incorporados aos projetos de renovação e dinamização da economia urbana, observando que os parques públicos podem produzir, ou mesmo acentuar, a segregação socioespacial. Como ele próprio afirma, tais parques acabam servindo como “álibis” para determinadas políticas de intervenção urbana e que a instalação de parques públicos, ao contribuir para a valorização do espaço urbano, pode promover um processo de substituição da população das áreas “requalificadas”. Nas palavras do autor,

Álibis, porque os parques públicos sempre representam e expressam valores éticos e estéticos, que ultrapassam largamente seus limites espaciais. Qualquer que seja a época, esses valores estão sempre presentes no discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades: higienismo, pacifismo, beleza estética. (p. 113).

Após este trabalho, surgiram outros que estudaram distintas realidades no Brasil. Dentre os quais se traz o de Henrique (2006), que ao investigar os processos de apropriação material e simbólica da natureza em São Paulo, por agentes do mercado imobiliário, observou que estes estavam relacionados com a valorização de zonas, bairros ou empreendimentos da cidade. Assim como qualquer centro urbano brasileiro, segundo o autor, em São Paulo, os objetos representativos da natureza se converteram em algo escasso, raridades, portanto o acesso a eles se converteu em privilégio de poucos e se define em termos dos interesses econômicos.

Em Salvador, capital do estado da Bahia, Brasil, por sua vez, segundo este mesmo autor, existem extensas áreas com remanescente de Mata Atlântica, presença de lagunas e do mar que hoje se converteram em alvo das ações de grandes empresas imobiliárias (nacionais e internacionais). Sob este contexto, promove-se a construção de condomínios com forte apelo às diversas formas de representação da natureza. Em sua grande maioria, os empreendimentos estão associados a uma ideia de natureza privativa que, através da retorização, se transforma em sinônimo de qualidade de

vida e se converte em valor econômico, aumentando os preços dos apartamentos e casas (HENRIQUE, 2006a; 2009).

Em outro estudo de Henrique (2012), ele coloca em investigação o processo de produção e uso do espaço urbano relacionado com a comercialização da natureza pelos agentes do mercado imobiliário em Salvador e outros lugares de sua área metropolitana. Nesta pesquisa, sob o período de 2006 ao primeiro trimestre de 2010, o autor elaborou uma base de dados sobre os lançamentos imobiliários a partir do material e da leitura hermenêutica das propagandas dos empreendimentos pela internet e jornais impressos. Neste pequeno recorte de tempo, o pesquisador encontrou em sua busca 363 empreendimentos que faziam uso de algum tipo de representação da natureza. Partindo dos dados, elaborou mapas com a distribuição, preços e empresas responsáveis pelos empreendimentos e notou que em Salvador se vende uma ideia de uma vida em comunhão com a natureza, porém que esta utopia verde segue promovendo um uso desigual dos espaços internos da cidade.

A privatização da natureza promovida pelas empresas do mercado imobiliário também ocorre em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, Brasil. Segundo Henrique (2005), tal processo acontece por meio da valorização econômica de condomínios para a população de alta renda, agenciando um acesso desigual à natureza também nesta cidade. A natureza, a infraestrutura e a qualidade de vida urbana como um conjunto são, também nesta cidade, alguns dos aspectos vendidos pelos empreendimentos. Assim, muitos empreendimentos e condomínios são construídos em associação com algum aspecto físico ou simbólico da natureza visando adicionar valor e atrair compradores. Henrique adverte que esse processo é fomentado pelos grandes empreendedores imobiliários, associado aos governo estadual e municipal.

O estudo de Barbosa e Costa (2012), na mesma direção, ao investigar a apropriação da natureza sob os aspectos mercadológicos, possuindo como recorte espacial de sua pesquisa a costa sul de João Pessoa, capital de estado da Paraíba, Brasil, explicou que os objetos representativos da natureza estão sendo tomados como mercadoria na produção do espaço da cidade, porque são raridades. Entretanto, ainda segundo estes mesmos autores, a apropriação destes objetos "raros" constitui um privilégio de uns poucos, ou seja, daqueles que podem pagar pelos altos preços dos empreendimentos edificadas na cidade. Deste modo, os objetos representativos da natureza se convertem em fatores de valorização do espaço urbano e de fragmentação social também nesta cidade.

Partindo dos índices espaciais de arborização urbana da cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, Brasil, o estudo de Gois *et al.* (2012) investigou a distribuição e a apropriação privada das áreas verdes no urbano. A partir da correlação desses índices com a média de renda dos bairros e das zonas aracajuanas, se observou que a relação entre esses parâmetros foi diretamente proporcional. Portanto, Gois *et al.* (2012) declararam que os indicadores fitogeográficos são clarificadores das desigualdades socioespaciais relacionadas ao acesso às zonas verdes.

Cisotto (2009) relacionou a distribuição das áreas verdes (fragmentos de florestas) e a urbanização de Campinas, São Paulo. Por meio de um resgate histórico da produção do espaço urbano em Campinas, com seus principais planos urbanísticos e de um vasto trabalho empírico, com a localização e caracterização de algumas áreas verdes e o modo de ocupação nas regiões de Campinas, identificou que o modo de ocupação urbana caracterizada por ser difusa, acompanha os principais vetores de expansão, onde os fragmentos naturais são incorporados como áreas verdes em um novo tecido urbano marcado por condomínios fechados distribuídos no município.

Cisotto (2009), assim como fizeram Gois *et al.* (2012) em seu estudo acerca de Aracaju, realizou, ainda, um diagnóstico da distribuição das áreas verdes de Campinas, relacionando-as com a dinâmica imobiliária daquela cidade. Com isso, ela percebeu um aumento do número de novos empreendimentos que utilizam como apelo mercadológico a proximidade com relação ao verde.

Oliveira e Oliveira (2016) abordaram a temática da apropriação da natureza pelo marketing imobiliário na cidade de Salvador, Bahia, através do contexto da sociedade de risco. Partiram da hipótese de que o marketing imobiliário tem se aproveitado dos argumentos de responsabilidade ambiental, vendendo a imagem de preocupação com a preservação ambiental. Por outro lado, por meio de análises interpretativas de material de propaganda dos empreendimentos, os autores afirmam que essa utilização com base na retórica ecologista e na suposta responsabilidade ambiental das empreiteiras não passa de uma tática para supervalorizar seus imóveis e promover a apropriação privada da natureza.

Cisotto e Vitte (2014), partindo do estudo da evolução histórica e da urbanização do distrito de Barão Geraldo na cidade de Campinas, São Paulo, foram capazes de apontar algumas das características da dinamização do mercado imobiliário próximo de uma reserva natural, a Mata de Santa Ginebra. Ao tentar compreender algumas das razões pelas quais, nos últimos anos, o verde se converteu em um elemento valorizado pelo mercado no referido distrito, para entender quais são as razões deste repentino interesse do mercado imobiliário de manter ou criar áreas verdes nas cidades, os autores notaram que este processo está organizado como um grande negócio pelos

empreendedores de bens de moradia, que passam a fomentar empreendimentos próximos dos objetos naturais, possivelmente, como vimos em todos os estudos brasileiros acerca desta temática, por sua raridade, e, portanto, com elevado valor, e que somente pode adquirir a parcela da sociedade com nível socioeconômico mais alto.

Barbosa (2014) procurou desvelar a produção do exclusivismo socioespacial, tendo como pano de fundo a produção de raridades ecológicas na Região Metropolitana do Recife (RMR). Para tanto, partiu do recorte empírico da Praia do Paiva, localizada no Município do Cabo de Santo Agostinho – litoral sul da RMR. Segundo o autor, após algumas modificações, em 2008, um projeto, que recebeu o nome de Reserva do Paiva, foi lançado como Complexo Imobiliário, Residencial e de Serviços (CIRS), voltado fundamentalmente para a demanda local. Um projeto, segundo análise do autor, concebido para os estratos de alta renda locais e por isso narrado como um espaço raro e de natureza única na RMR. Ao realizar sua pesquisa, Barbosa (2014) percebeu que neste mega-projeto imobiliário, o Estado se colocou, mais uma vez, como provedor, extrapolando suas atribuições que são inerentes à gestão pública. Por fim, afirma que a Reserva do Paiva está calcada num exclusivismo socioespacial a partir da criação de raridades urbanas.

Soeiro e Castilho (2015), partindo do atual interesse de mercantilização da natureza no bairro Tejipió, Recife, e tendo por finalidade demonstrar em que medida a tríade Natureza, ideologia e espaço, encontra-se entrelaçada na realidade concreta das cidades contemporâneas, esclarecem como o processo de reconfiguração dos valores relacionados aos objetos representativos da natureza está produzindo o espaço do bairro, inferindo que o intuito do uso de tais amenidades é agregar valor aos empreendimentos. As grandes empresas imobiliárias, segundo os autores, com base na valorização do "verde" para criar valores econômicos em Tejipió, colocam-se como os principais modificadores da paisagem do bairro – uma paisagem, assim, cada vez mais fragmentada e desigual, seguindo os imperativos da lógica do desenvolvimento geográfico desigual.

Castilho (2014) buscou elucidar as relações dos corpos de água com o processo de construção do espaço urbano em Recife, Pernambuco, durante a formação histórico-geográfica da cidade, no contexto da problemática global da relação natureza-sociedade, constantemente ameaçada pelos imperativos acima referido. Inferiu que, no contexto atual, existe uma geopolítica interna em torno dos terrenos situados em áreas que margeiam o rio Capibaribe (principal rio da cidade), quando segmentos das classes hegemônicas locais passam a reocupá-los após a remoção de moradores pertencentes às classes subalternas, no contexto de revalorização capitalista da natureza no espaço da cidade.

Dando continuidade a uma linha de estudos, pesquisas e publicações acerca do tema da concepção e prática da natureza no processo de produção do espaço urbano, no âmbito do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Castilho e Teixeira (2016) deram ênfase à questão do uso dos ventos marítimos no processo de construção do espaço urbano em Recife e perceberam que, historicamente, as classes hegemônicas locais se consolidaram nas áreas que se acham nos corredores de vento. Com isso, os autores destacaram esta outra amenidade natural que também se torna relevante no processo permanente de produção de valores da cidade neoliberal. Os autores, enfim, advertem que a gestão urbana deve considerar e promover a natureza como um direito da coletividade, buscando evitar o uso exclusivista da natureza.

Castilho, Soeiro e Pontes (2016), ao estudarem o dualismo entre a supressão e conservação da natureza nas cidades contemporâneas a partir da realidade da cidade e região metropolitana do Recife, perceberam que ambos os processos estão vinculados à produção de valores puramente econômicos, acabando por reforçar o cenário já existente de fragmentação socioespacial. A conservação da natureza na RMR, ou mesmo os movimentos de “parquização” e de promoção de novos espaços “naturais”, aparenta integrar um plano de produção de valores para o capital comercial-financeiro-imobiliário que não garante o direito à cidade e à natureza para a coletividade, mas apenas para as classes hegemônicas.

Bricalli (2010), tendo como recorte espacial o município de Serra, Espírito Santo, estudou a apropriação da natureza (retórica ecológica) pelas propagandas dos condomínios e loteamentos fechados. O autor percebeu que os novos empreendimentos imobiliários da cidade insistem em associar suas imagens à natureza com vistas a simular um ambiente de pureza e inocência em meio à cidade, o que ele nomeou de “ilhas de qualidade de vida”. Segundo o autor, as propagandas dos empreendimentos são responsáveis por resignificar e tornar relevante os objetos naturais para o mercado imobiliário. A partir da análise hermenêutica das propagandas, baseada na desconstrução semiológica de mitos proposta por Roland Barthes (1975), Bricalli (2010) demonstrou que a retórica ecológica é criadora de mitos e utopias que são vendidos como mercadorias.

Os estudos brasileiros que relatam o fenômeno em estudo não se esgotam nos trabalhos que acabamos de citar, pois outros estudiosos brasileiros (RODRIGUES SOARES, 2002; SOBARZO MIÑO, 2002; DE LIMA RAMIRES & RIBEIRO SOARES, 2002; ZONATELLI, 2012; ZONATELLI e FERREIRA, 2011, 2013; GOLÇALVES, 2010; LEMOS & ALCON, 2012; SILVA, 2015; VUAILLAT, 2012; RIBEIRO, 2012; 2011; PONTES, 2016 etc.) relataram que em outras tantas cidades do país o mesmo fenômeno

ora abordado no presente artigo vem ocorrendo. Portanto, existem numerosos exemplos da realidade brasileira que demonstram e confirmam a hipótese de que a natureza vem sendo apropriada, num permanente processo de privatização, para reforçar a dinâmica do processo de produção de valores sob os moldes da cidade neoliberal e, conseqüentemente, negando a garantia do direito à natureza para toda a coletividade.

## **2. A RETORIZAÇÃO DA NATUREZA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM OUTRAS CIDADES LATINO-AMERICANAS**

Duas escolas se destacam na América latina no que tange aos estudos da temática em questão – a chilena e a argentina. Iniciemos por alguns dos estudos que acusam a utilização do *ethos* ecologista na produção do espaço de cidades chilenas.

Irarrázaval (2012), estudando a realidade de Santiago, Chile, inferiu que a mercantilização e instrumentalização de diversos elementos e processos naturais proporcionaram perfeitas plataformas para a acumulação de riquezas e que, por sua vez, determinaram, nas cidades chilenas, o desenvolvimento de uma desigual distribuição das condições ambientais. Isso, na medida em que grupos determinados da sociedade concentram-se em torno das áreas verdes da cidade, ou seja, morando em habitações espaçosas e próximas aos parques. Para o autor, isto é possível, na medida em que existem condições políticas, sociais e econômicas favoráveis, bem como o imaginário verde em uma ampla parcela da população urbana, a qual apresenta grande interesse em viver em espaços dotados de natureza.

Em Santiago, Chile, por exemplo, segundo o autor, há grupos de alto nível socioeconômico interessados em viver em áreas com “boas” condições ambientais na cidade, o que é garantido pelo mercado imobiliário protagonista da gestão urbana que atende as demandas dos grupos de alto poder aquisitivo (IRARRÁZVAL, 2012). Por outro lado, a população que não é capaz de ter acesso a essas “boas” condições ambientais, depende quase que absolutamente do Estado para promover, segundo Irarrázaval (2012), o que não ocorre tendo em vista uma gestão displicente ao respeito.

Tendo como objetivo reconhecer zonas de diferente qualidade ambiental – as comunas de *Pudahuel* e *Las Condes* – a partir da base de uma classificação de zonas termais homogêneas, e relacionando estes lugares com os interesses do mercado imobiliário, mediante variações dos preços das propriedades e a publicidade que se realiza com base nas condições ambientais,

Irarrázaval (2011) identificou que as zonas de melhores condições ambientais, concentradas no Oriente da área de estudo, apresentam valores de propriedade consideravelmente mais elevados que as zonas localizadas ao poente da cidade de Santiago. Identificou, também, que as condições “únicas” e particulares das propriedades e de seu entorno são utilizadas frequentemente na publicidade imobiliária como um atributo de valorização ao ofertar os empreendimentos.

Zumino e Hidalgo (2010), por sua vez, estudaram um segmento específico dos *migrantes de amenidad* que se assentaram na *Comuna de Pucón* nos últimos anos. O Município de Pucón e sua área de influência, para contextualizar, contêm uma variedade de recursos paisagísticos, os quais incentivaram a chegada dos *migrantes de amenidad* que buscam um estilo de vida distinto ao que a vida urbana promove. Os autores se centraram nos *Migrantes de Amenidad Verdes* (MAV) que buscam uma conexão – algumas vezes mística – com a natureza. Este subgrupo de *migrantes de amenidad*, segundo afirmam os autores, em busca das utopias verdes, promovem modificações na dinâmica imobiliária-residencial. Podem-se notar tais reflexos através das 2164 permissões de edificação outorgados entre os anos 2000 e 2008 – considerando que a maioria corresponde a habitações que permanecerão ocupadas durante grande parte do ano e o contingente populacional da Cidade de Pucón, 21.107 habitantes segundo o Instituto Nacional de Estadísticas (2002).

Os autores afirmaram que é neste ponto que reside a conexão entre as mudanças na morfologia urbana e a migração por amenidade. Os MAV, para os autores, são um dos fatores promovedores da nomeada “cidade pós-moderna”, caracterizada pela fragmentação socioespacial, pelo crescimento horizontal e pela emergência de “artefatos da globalização” que imitam aqueles existentes em outros lugares do mundo.

Em outro trabalho sobre a realidade chilena, Hidalgo et. al (2016) estudaram a expansão metropolitana e observaram que, nas últimas décadas, esta expansão assumiu distintas formas, funções e estruturas. Neste artigo, investigaram, sobretudo, a maneira pela qual as amenidades do meio físico do litoral central do Chile foram utilizadas, entre 1992 e 2012, para produzir o que eles chamaram de utópolis<sup>9</sup>. Os autores identificaram duas fases deste processo: uma de expansão das segundas residências e outra de reocupação e instalação de habitações principais a partir de maior integração e do intenso processo de metropolização que afeta a macrozona urbana central do Chile.

---

<sup>9</sup> Utópolis, segundo Hidalgo et. al (2016), faz referência à estimulação e manipulação de significados ou imaginários (HIERNAUX, 2007; 2009; HIERNAUX, HIDALGO, SANTANA E ARENAS, 2015) e à projeção fictícia de utopias urbanas, que impulsionam, em parte, as dinâmicas materiais de acumulação de capital em setores imobiliários.

No que toca aos diferentes mecanismos de valorização dos espaços, Hidalgo et. al (2016) identificaram que os empreendimentos imobiliários se caracterizam por deterem, em sua maioria, cenários e situações únicas, circunstâncias que permitem gerar altas rendas e benefícios econômicos. Segundo Hidalgo et. al (2016), os espaços com alta qualidade paisagística – montanhas, vales, savanas, áreas costeiras e demais – são agregados ao mercado imobiliário urbano através da promoção de utopias vinculadas ao regozijo e desfrute da natureza e das amenidades. Estes empreendimentos se caracterizam por casas ou edifícios dispostos em pequenos condomínios fechados com um valor de uso como residência principal ou secundária.

Errazuriz (2016), partindo da ideia de que a vida urbana pode se estender por todos os territórios, incluindo os rurais, antes mesmo que estes últimos sejam incorporados à trama urbana, estudou os passeios de ócio, as *afueras* de Santiago, Chile, que se tornaram recorrentes, graças aos meios de transportes motorizados durante a primeira metade do século xx. A sua hipótese é de que os novos destinos das práticas do ócio nos extramuros da capital tiveram um papel fundamental na valorização e difusão de uma paisagem dos *alrededores* de Santiago. Tal processo serviu de motivação para alguns dos valores que estimulariam o processo de suburbanização. Juntamente com este processo material de suburbanização, avançou um discurso que reforça uma visão contrastada e muitas vezes contraposta entre as formas de vida urbana e rural. O espaço extra-urbano é resignificado desde uma perspectiva das elites para oferecer aquilo que a cidade supostamente perdeu: tranquilidade, segurança, contato com a natureza, um ambiente livre de agentes contaminantes e, sobretudo, exclusividade.

Fuentes *et al.* (2011) analisaram e avaliaram a manifestação da segregação socioambiental na comuna de Peñalolén, Chile, considerando que corresponde a uma escala geográfica que dá conta de processos de exclusão num contexto em que o mercado determinou em grande medida sua atual estrutura. Neste contexto, os grupos socioeconômicos se distribuem em áreas específicas no interior de Peñalolén e seus índices de concentração e *aislamiento* alertam quanto à configuração de zonas homogêneas, exclusivas e excludentes. De igual maneira, segundo alertam os autores, a distribuição da cobertura vegetal mostra uma concentração das maiores porcentagens nos setores onde se concentram os grupos de maior poder aquisitivo, demonstrando um processo de comodificação de um dos principais componentes narrados como natureza no urbano – iguais resultados foram encontrados por Reyes e Figueroa (2010). A distribuição espacial dos grupos sociais e a vegetação mostram uma profunda relação com a urbanização recente da comuna, impulsionada pela instalação de projetos imobiliários que oferecem e utilizam como atrativo condições ambientais de

alta qualidade, orientados a consumidores de alto poder aquisitivo, consolidando processos de exclusão socioespacial.

Cisotto (2014), pesquisadora brasileira, investigou a urbanização da província de Santiago de Chile, tratando de entender como a natureza é absorvida em seu espaço urbano pela dinâmica imobiliária. Admitindo a natureza nas cidades como elemento raro e representado pelos parques públicos urbanos e fragmentos de vegetação em empreendimentos imobiliários, a autora notou que as narrativas retóricas das questões ambientais promovem valorização da natureza e que, por sua vez, sob o regime capitalista de produção do espaço, os objetos naturais presentes na província de Santiago são utilizados como discurso pelo mercado imobiliário. Os espaços de natureza na cidade, são tratados como raridades e são produzidos pela lógica da produção capitalista da natureza.

A maneira capitalista de produzir a cidade e a natureza altera a concepção de “natureza” e, nesta concepção, segundo Cisotto (2014), o capital ao divulgar e retorizar as ideias ambientalistas engendra uma natureza que passa a ser tratada como um elemento diferencial, como um novo elemento urbano raro, escasso na paisagem urbana. Porém, impregnado por uma perspectiva economicista da natureza que a transforma em um elemento promotor de valorização dos espaços e de segregação espacial na cidade.

Na chamada escola argentina, de pronto, apresenta-se um tipo de estudo, de caráter sociológico, que aborda os processos de contestação frente à crescente “mercantilização” da natureza, equiparando os conflitos ambientais urbanos aos conflitos ambientais tais como aqueles desencadeados por *megaminería* a céu aberto ou pela monocultura da soja, próprios de âmbitos nomeadamente rurais. No contexto dos estudos urbanos, autores identificaram as origens dos conflitos ambientais na criação de projetos imobiliários ou de infraestrutura (SABATINI, 1997). Seguindo esta linha de raciocínio, os estudos que abordam a dimensão conflituosa das novas intervenções urbanas, tratam de conflitos em torno das questões ambientais e redistributivas (MERLINSKY, 2009; WALTER, 2009). Nestes, destaca-se o papel dos atores coletivos que ante a modificação dos usos existentes do espaço urbano, resignificam noções vinculadas ao ambientalismo e adotam linguagens de valoração com argumentos distintos ao econômico, ao “progresso” e ao “desenvolvimento”, a fim de construir justificativas legítimas nas arenas públicas. Estes conflitos envolvem tanto dimensões culturais como estilos de vida, bem como disputas de interesses.

A partir de dois casos pontuais – o conflito por plantas de celulose no rio Uruguai, na fronteira entre Argentina e Uruguai; e o conflito por saneamento da bacia Matanza-Riachuelo, no

limite entre a cidade e a província de Buenos Aires – Gabriela Merlinsky (2009) estuda a “irrupção” do meio ambiente (retórica ecológica) na agenda dos problemas sociais na Argentina. A partir da emergência destes casos na agenda pública, a autora afirma que se pode falar da construção de um campo ambiental na Argentina, através da formação de espaços públicos intermediários ou arenas públicas do conflito, com um lugar particular reservado aos processos de judicialização das problemáticas ambientais. Segundo afirma a autora, estes *espacios públicos novedosos* legitimam-se através de narrativas e argumentos vinculados à “natureza” e meio ambiente, diferentes ao vinculado ao econômico. Quem os motoriza costuma pôr em prática repertórios particulares de ação, construídos por coletivos de composição inter-setorial.

Os trabalhos que abordam especificamente os usos retóricos da natureza não são muitos na Argentina e, entre eles, os mais completos vieram do campo da antropologia. Neste marco, Florencia Girola (2004) estudou o valor simbólico do “verde” e da “natureza” nos processos de suburbanização residencial. A partir de estudos com os habitantes do bairro fechado Nordelta, localizado no partido de Tigre (na periferia de Buenos Aires), a autora inferiu que a natureza não só é uma estratégia de promoção imobiliária, mas que constitui um ingrediente central dos imaginários e vivências de seus habitantes, que adotam este termo acriticamente.

Girola (2004) aclarou que, na Argentina, a natureza se apresenta como um recurso instrumental para a requalificação ou valorização de certos fragmentos da periferia degradada das metrópoles. A natureza construída como imagem publicitária – vendida como um produto, gerador de espaços “saudáveis” e de relações sociais “harmônicas” – permitiu, desta maneira, recuperar espaços abandonados da periferia para os setores mais abastados. Uma periferia urbana que era considerada degradada devido aos setores populares, hoje é representada de maneira mítica. A autora afirma ainda que esta acepção de uma natureza prístina é retomada no discurso dos residentes e apresentada como o primeiro motivo de sua seleção residencial através de explicações simplificadas que reduzem a natureza ao paisagístico. A natureza é, assim, convertida em um espetáculo esteticamente desejável que permite sua contemplação harmônica, afastada da visualidade caótica própria das representações sociais da cidade. Neste processo, a “natureza” e o “verde” se tornam, também na Argentina, elementos de valor e distinção, promovedores de segregação urbana e social.

Em uma linha similar, María Carman investiga distintas concepções do conceito “natureza”, tanto nos *countries* radicados na periferia norte de Buenos Aires, quanto em cenários opostos por seu *status* socioeconômico, tais como são a Villa Rodrigo Bueno e a Aldea Gay. A Villa Rodrigo Bueno

está localizada nas proximidades da *Reserva Ecológica Costanera Sur*, na cidade de Buenos Aires, a poucos metros do bairro mais luxuoso e moderno da cidade: Puerto Madero. O segundo caso de estudo constitui a Aldea Gay, um espaço ocupado por casais gay pobres em prédios públicos vizinhos à *Universidad de Buenos Aires*, também próximos a uma reserva natural. Tanto os habitantes da Villa Rodrigo Bueno como da Aldea Gay são considerados – tanto por grupos ambientalistas defensores das reservas, como pelo capital imobiliário interessado em seu deslocamento – como “impuros”, “ilegais” e “perigosos” associando-os à desordem e à contaminação. Em antonômia a estas acusações, a construção da natureza nos “countries” (*gated communities*) se vincula a sua domesticação e pureza. Representações que estão vinculadas à segurança e ao afastamento do impuro e da pobreza.

Assim, a natureza pode adquirir o conteúdo dos argumentos que justifiquem o rechaço da sociedade para com seus membros indesejáveis, transformando-se em justificativa para a auto-segregação de quem encontra na mistura de classes, própria da cidade, um perigo intolerável. A complexidade adicional que encontra Carman (2011) – um aspecto louvável de seu trabalho – é que a natureza não é só uma ferramenta própria do marketing imobiliário, mas é passível de ser re-apropriada por sectores populares para defender suas próprias posições sociais e direito de permanência – objeto de valoração de ambientalismo mais responsáveis.

Também a geografia realizou estudos interessantes na Argentina sobre o uso da natureza como recurso para a produção capitalista do espaço urbano. Neste contexto, Ríos e Pérez (2008) nos oferecem um olhar a partir da utilização da retórica pelos empreendimentos imobiliários em áreas inundáveis do rio Tigre. Os autores demonstraram que, desde a última década do século XX, os atores econômicos privados começaram a produzir urbanização de caráter “fechado” sobre áreas inundáveis da periferia do *Aglomerado Gran Buenos Aires*. Este processo de produção privada do espaço urbano, segundo Ríos e Pérez (2008), foi legitimado através da retorização relacionada às noções de “desenvolvimento sustentável” e “recuperação ambiental”, viabilizando o avanço de grandes “negócios urbanos” que, contraditoriamente ao que se sustenta, tendem a uma alteração das funções ambientais sem precedentes. Portanto, neste trabalho sobre a realidade do *Aglomerado Gran Buenos Aires*, abordam-se algumas das muitas contradições que emanam dos processos associados à produção do espaço urbano de “alta qualidade ambiental”.

Por meio da confrontação entre a retórica e as práticas dos atores sociais das urbanizações fechadas do município de Tigres, os autores concluíram que a retorização dos “espaços verdes” e da “vida saudável”, distante do centro metropolitano, mascara a obtenção de grandes lucros.

Perceberam, também, que na realidade, comercializam-se terras destinadas à produção agrícola que logo são vendidas como terras urbanas. Assim sendo, alerta Ríos e Pírez (2008), a valorização das qualidades "naturais" particulares desses espaços (as características da paisagem do Delta e da costa de *Río de la Plata*), em um contexto de crescente sensibilidade ecológica (produzida pela retorização), permite a obtenção de lucros.

Ríos e Pírez (2008) revelaram, também, que a retórica crescente do "sustentável", que articulando os interesses dos atores econômicos privados e dos governos locais, apoiam-se em proposições desenvolvidas pelo conhecimento científico-técnico: "Es muy grande la cantidad de revistas, cursos de postgrado, congresos, etc., que desde distintas disciplinas del conocimiento (desde el urbanismo hasta la ecología) nutren y legitiman tal discurso." (RÍOS & PÍREZ, 2008, p.116).

Rausch (2011), ao estudar San José del Rincón e Alto Verde – dois núcleos urbanos da periferia da cidade de Santa Fe, Argentina, destaca que desde os nomes, as localidades evocam imagens díspares, desejos contrapostos e cores tão contrastantes como as condições mesmas de suas respectivas origens. A história de ambas percorre caminhos diferentes, ainda que em estreita relação com o centro urbano. Analisando parte da produção cultural local, como a imprensa, obras de literatura e pintura, Rausch (2011) realizou uma aproximação, partindo da história urbana e dos estudos culturais, à produção de imagens e imaginários sobre Rincón e Alto Verde. Fazendo, por um lado, um percurso que pudesse dar conta das transformações e dos modos específicos em que os imaginários foram-se definindo em ambos os territórios, o autor percebeu que os imaginários determinaram as tipologias construtivas, onde Alto Verde se configurou como o lugar das dinâmicas marginais e daqueles que não encontram lugar na sociedade de consumo, ao passo que *San José del Rincón* se configurou como um território coberto por um manto ilusório, um lugar ideal onde se vende como lugar de residências permanentes, exaltando valores como o contato com a natureza, proporcionando tranquilidade e exclusividade.

Estudos como o de Wertheimer (2013) se centram na retórica ecológica em combinação com o "espaço público" para proporcionar – ou disputar, dependendo de que lado falemos – urbanização de tipo público-privada na "*ribera metropolitana*" de Buenos Aires. Na cidade-refúgio para a reprodução do capital – que avança sobre os bens comuns e separa paulatinamente os sujeitos de suas condições materiais de existência – aparecem continuamente novos produtos urbanos. Wertheimer (2013) centra-se nos mega-empreendimentos que se estão construindo nas áreas costeiras de localidades adjacentes à cidade de Buenos Aires. Tais empreendimentos, diferentemente dos bairros fechados ou *gated communities*, são proporcionados pelo acesso público

às costas, em uma cidade que se construiu de costas para o rio, em um intento de versão “progressista” dos *countries* e bairros. O que se pode observar na dinâmica da instalação destes empreendimentos e das oposições que despertam entre os residentes, é um inter-jogo retórico no qual o capital imobiliário concentrado parece incorporar as críticas de seus inimigos a fim de justificar nas esferas públicas o novo e “mercantilizado” perfil urbano costeiro. Como as justificativas ambientais quase não se dão em estado puro, combinam-se com a apelação ao desenvolvimento e ao progresso (por seus impactos potenciais nas melhoras no emprego, na arrecadação, entre outros).

Pírez (2006), por sua vez, ao estudar alguns processos concretos que integram as transformações ocorridas na configuração e funcionamento metropolitanos de Buenos Aires nos anos noventa do século XX, percebeu que se trata de componentes do impacto de processos de nível macro (internacionais e nacionais) próprio da reestruturação da globalização promotora de “privatização”. Neste contexto, segundo o autor, o espaço da expansão metropolitana ficou marcado pela presença dominante de duas lógicas ‘não estatais’: a dos setores excluídos do mercado formal, na satisfação direta de sua necessidade; e a produção privada capitalista para os grupos de maior poder aquisitivo. Como consequência, deu-se uma clara diferenciação entre cada território particular produzido e o resto da periferia. Os territórios produzidos pela lógica da necessidade, apesar do intento de adequação formal à urbanização regular, logram somente baixíssima qualidade, o que os coloca em meios hostis, onde dificilmente se produzem as infraestruturas e os serviços necessários para seu funcionamento, alerta Pírez (2006). Ao passo que os territórios da produção capitalista, as “urbanizações fechadas”, parecem reproduzir o que Fishman (1987, *apud* PÍREZ, 2006, p. 47) chamou de *bourgeois utopias*: “alta calidad del hábitat, segregación basada en la identidad social para proteger a la familia separándola de la amenaza de la vida urbana y de los otros, particularmente los pobres, viviendo en contacto con la naturaleza”.

Segundo Janoschka (2006), Hidalgo e Borsdorf (2016) e Borsdorf e Hidalgo (2004), as transformações do espaço urbano e os processos de desenvolvimento descritos na Argentina e Chile, não são casos únicos. Existe, também como no Brasil, um número elevado de outros estudos temáticos que investigam o mesmo problema em Buenos Aires (SVAMPA, 2001, CAPRON, 2000; PRÉVÔT-SHAPIRA, 2000; VIDAL-KOPPMANN, 2001; MIGNAQUI, 1999; RÍOS, 2010, 2014; ABBA, 2010; JANOSCHKA, 2003); Bahía Blanca, Argentina (FORMIGA, 2005; MARENGO e FORMIGA, 2002,). Borsdorf (2002) revelou situações similares em Quito, Equador, e Lima, Peru, assim como Meyer e Bähr (2001) e Bustos-Gallardo e Irarrazaval (2016) em Santiago de Chile com relação aos novos

processos que transformam a estrutura urbana da cidade. Hidalgo e Arenas (2012), Cáceres e Sabatini (2003), por sua vez, também encontraram esse fenômeno ao estudarem a área costeira de Valparaíso, Chile. Castro e Villagrán (1998), igual, ao estudarem a costa de Concón-Quintay. Pérez *et al.*, 2005 e Rodríguez e Vargas, 2016, apresentaram o contexto colombiano. Cabrales e Canosa (2001, 2002), assim como também Rodríguez e Mollá (2002) descreveram similares transformações do espaço urbano em diversas cidades do México. Portanto, é um fenômeno que, apesar de se manifestar de maneiras distintas (de acordo com as especificidades do sítio e do território em que acontece), está presente em quase todas as metrópoles do continente.

Todos os estudos trazidos aqui permitem observar que o processo de apropriação privada dos objetos representativos da natureza é um fenômeno que extrapola as fronteiras das cidades latino-americanas, corroborando com nossa hipótese, ou seja, a de que se está diante de um fenômeno global ligado à produção de valores. É um movimento que vai ao sentido contrário da democratização do acesso a estes objetos. Melhor dizendo, a hierarquia funcional de acessibilidade aos objetos naturais é muito forte na América Latina. Nossas cidades se encontram ainda num contexto em que a democratização do acesso à forma e ao conteúdo do espaço constitui um problema que deve ser resolvido, garantindo o acesso à Natureza como um direito de todos.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como foi possível notar, três escolas na América Latina se destacam no que diz respeito aos estudos da retórica ecológica na produção do espaço urbano, a saber, a brasileira, a chilena e a argentina. Grande parte dos estudos brasileiros, talvez pela forte presença das correntes crítico-marxistas e Lefebvrina, trabalha essa temática, como vimos, a partir da ideia de raridade (Lefebvre, 1999). Por outro lado, o argumento da raridade não alcança tão fortemente os estudos das outras escolas latino-americanas. Vai ser através, sobretudo, das noções de utopia, mitologias e imaginários que os chilenos e argentinos tratam da problemática. Talvez porque os estudos apresentam também uma influência forte da antropologia – o que não ocorre no Brasil.

Em resumo, este escrito representou um esforço de trazer alguns dos trabalhos de pesquisadores brasileiros e de outros países da América Latina sobre o tema da retórica ecológica inerente ao atual processo de produção do espaço urbano. Não se constitui enquanto antologia de todos os trabalhos que se debruçaram sobre a temática, mas permite ao leitor posicionar-se no âmbito do debate. Destarte, os estudos que em seu conjunto trataram da tema ofereceram algumas

perspectivas clarificadoras acerca dos diferentes contextos geográficos, permitindo uma análise mais sólida do fenômeno.

Procuramos, também, elucidar que o espaço não é uma matéria inerte, um mero suporte das relações travadas entre os indivíduos, mas é parte constitutiva das relações sociais, incorporando significados que lhe são atribuídos por retóricas e representações, revestindo-se de simbologias e participando da construção de imaginários, como alertara Arrais (2004).

Os trabalhos utilizados permitiram-nos aguçar os sentidos para o uso da retórica ecológica como algo que reforça a injusta produção do espaço urbano na América Latina, bem como perceber que se trata de um fenômeno que se encontra em inúmeras cidades latino-americanas com muitas continuidades, o que corrobora com nossa hipótese, ou seja, a de que estamos diante de um fenômeno global ligado à produção de valores do capitalismo neoliberal.

Apesar das particularidades de cada caso, a utilização da retórica ecológica como criadora de utopias se apresentou como um traço comum, um álibi verde que encobre as problemáticas ecológicas e sociais envolvidas. A utilização deste álibi encobre interesses de gestões territoriais que, na verdade, são gentrificadoras, promotoras de fragmentação socioespacial e de vulnerabilidades ambientais. O que é mais preocupante, é que também é comum o apoio que o Estado tem dado aos empreendimentos por meio de ajustes espaciais e de legislação, como alertara Harvey (2005). De tal forma, a problemática se torna muito perigosa e alienadora.

Enfim, os estudos que denunciam os problemas ora ressaltados já existem, porém não só é preciso ampliá-los e aprofundá-los, revelando os seus efeitos dismanteladores dos territórios vividos, como também fazer com que tais trabalhos sejam levados em conta nas estratégias de gestão territorial.

Porém, até o presente momento, parece que os investigadores dessa temática, estamos disputando com um discurso persuasivo e amortecedor dos movimentos de resistência. Quem vai de encontro ao discurso ecológico? Isso, pois ao passo que grande parte da opinião pública incorpora a 'crise ecológica' como um dos principais temas de nossa época, a conversão ao ecologismo de todas as instituições se faz inevitável – ainda que como uma tática mercantil ou política de oportunistas que se afanam das Retóricas ecológicas para os mais diversos projetos, como advertiu Riechmann *et al.* (1994). Ou seja, é mais fácil produzir uma pesquisa que alimente de argumentos o discurso ecologista, que trabalhos que nadam contra essa utilização oportunista do *ethos* persuasivo do ecologismo.

Vale a pena ressaltar que os trabalhos aqui considerados não se posicionam contra o movimento ecologista, mas contra as práticas oportunistas de uso da natureza no âmbito da retórica ecológica. Consideramos estudiosos atentos e preocupados com o produto de seus trabalhos, uma vez que o conhecimento não é neutro, mas é eminentemente político.

Em definitivo, a realização deste trabalho permitiu-nos não somente identificar o estado da arte acerca da temática ora destacada, mas ao mesmo tempo os seus veículos de divulgação, os quais possuem o grande mérito de viabilizar a ampliação e o aprofundamento das discussões.

#### 4. AGRADECIMENTOS

Agradece-se à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), à *Universidad de Buenos Aires, Ciencia y Técnica* (UBACyT), e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro concedido para a realização das pesquisas, ora em andamento, dos autores deste artigo cujos resultados foram utilizados na presente abordagem.

#### 5. REFERÊNCIAS

- ABBA, Artemio Pedro: La fascinación por los márgenes de la Buenos Aires Metropolitana. La sobre-rentabilidad de los espacios anómicos de la interfase natural-urbana. In: *Café de las Ciudades*. Buenos Aires, v.9, n. 94, 2010.
- AIZCORBE, M.; FERNÁNDEZ BOUZO, S. y WERTHEIMER, M. Ambiente, actores locales y conflicto en torno a los megaproyectos de urbanización sobre la franja costera de los partidos de Avellaneda-Quilmes y Vicente López (2000-2011). In: Merlinsky, G. *Cartografías del Conflicto Ambiental en Argentina*. Editorial Ciccus, 2013.
- ARRAIS, R. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanidades/FFLCH/USP, 2004.
- ASTELARRA, S. ¿Ecodesarrollo? El bajo delta del Paraná otra territorialidad en conflicto. *Revista ALTER-NATIVA. Revista de estudios rurales*, Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba, v. 1, n. 1, Argentina, 2014.
- ALBUQUERQUE, E. E.; MELO, A. S. S. A.; SOUZA, H. R. Ativo ambiental e preço de imóvel em Recife: um estudo exploratório a partir da utilização do método dos preços hedônicos. In: Anais do VII Encontro Nacional da ECOECO, Fortaleza, 2007.
- ALIMONDA, H(Ed.). *Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía*. Clacso, 2002.
- ASTELARRA, S. Disputas por la reinención del “paraíso deltáico”: de los lugares de la querencia a llegar a una isla y olvidarse de todo. El caso del conflicto “Colony Park” en la Primer sección de Islas del Delta del Paraná. In: Merlinsky, G. (coord.). *Cartografías del Conflicto Ambiental en Argentina II*. Fundación CICCUS, Buenos Aires, 2012.
- ASTELARRA, S. El Bajo Delta del Paraná en disputa por su reinención territorial y

- significación social de la naturaleza. *Revista de Geografía (Recife)*, v.33 n.1 pp. 6-29, Brasil, 2016.
- BARBOSA, A. G. *Exclusivismo socioespacial da Região Metropolitana do Recife*: produção do espaço e governança do complexo imobiliário, residencial e de serviços Reserva do Paiva. (Tese de doutorado). Recife: O autor, 2014.
- BARBOSA, A. G.; COSTA, A. A. da. O solo urbano e a apropriação da natureza na cidade. *Sociedade & Natureza*, v. 24, n. 3, Set-Dez, 477-488, 2012.
- BARTHES, R. *Mitologias*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.
- BORSDOF, A. Barrios cerrados in Santiago de Chile, Quito y Lima: tendencias de la segregación socioespacial. In: Cabrales, L.F. (ed.), *Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas*, Guadalajara, pp. 581-610, 2002.
- BORSDOF, A.; HIDALGO, R. Residencial y el modelo de la ciudad cerrada en América Latina. El caso de Santiago. *Revista de Geografía Norte Grande*, v. 32, p. 21-37, 2004.
- BRICALLI, I. L. *O mito da natureza nas propagandas dos condomínios e loteamentos fechados do município de Serra – ES*. Monografia. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, p.120, 2010.
- BUSTOS-GALLARDO, B.; IRARRAZAVAL, F. I. Throwing Money into the Sea: Capitalism as a World-ecological System. Evidence from the Chilean Salmon Industry Crisis, 2008. *Capitalism Nature Socialism*, p. 1-20, 2016.
- CABRALES, L. F.; E. CANOSA, Z. Segregación residencial y fragmentación urbana: los fraccionamientos cerrados en Guadalajara. In: *Espiral. Estudios sobre Estado y Sociedad*, 7, 20, pp. 223-253, 2001.
- CABRALES, L.F.; E. CANOSA, Z. Nuevas formas y viejos valores: urbanizaciones cerradas de lujo en Guadalajara. In: Cabrales, L.F. (ed.), *Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas*, Guadalajara, pp. 93-117, 2002.
- CÁCERES, G.; SABATINI, F. Para entender la urbanización del litoral: el balneario en la conformación del Gran Valparaíso (siglos XIX y XX). *ARQ (Santiago)* [online]. n.55, pp. 50-52, 2003.
- CANALES, C. P. G de. *et al.* Naturaleza privada y calidad de vida. Influencia de la naturaleza doméstica en el bienestar de los propietarios de las casas con patio de la ciudad de Córdoba, España. *Revista de Geografía Norte Grande*, 53-66, 2014.
- CAPRON, G. Fragmentation et polarisation urbaine: le rôle des hypermarchés dans les restructurations territoriales de l'aire métropolitaine de Buenos Aires. In: *Bulletin de l'Association des Géographes Français*, 77, 1, pp. 106-116, 2000.
- CARLOS, A. F. A.; DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. C de L. O espaço no fim de século: a nova raridade. *São Paulo: Contexto*, p. 62, 1999.
- CARMAN, M. *Las trampas de la naturaleza*. Medio ambiente y segregación en Buenos Aires. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- CASTILHO, C. J. M. de. Água e Espaço Urbano em Recife. Interesses Sociais e Geopolítica Interna. *Revista Brasileira de Geografia Física*. v. 7, n. 3, pp. 597-614, 2014.
- CASTILHO, C. J. M.; SOEIRO, Í. C. M.; PONTES, B. A. N. M. Entre a Supressão e a Conservação da Natureza na Cidade: o Fortalecimento da Racionalidade Ambiental para o Resgate da Beleza da Paisagem. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 9, n. 3, p. 852-867, 2016.
- CASTILHO, C. J. M.; TEIXEIRA, A. F. M.. O uso da natureza no processo de construção do urbano: quem tem tido direito aos ventos marítimos em Recife-Brasil?. *Journal of Environmental Analysis and Progress*, v. 1, n. 1, p. 13-23, 2016.
- CASTRO, C.; VILLAGRÁN, J. Sistema natural y demanda inmobiliaria: el borde costero de Concón-Quintay. *Revista Geográfica de Chile, Terra Australis*. n. 42, pp. 51-63, 1998.
- CASTRO, H.; ZUSMAN, P. Naturaleza y Cultura: ¿ dualismo o hibridación? Una exploración por los estudios sobre riesgo y

- paisaje desde la Geografía. *Investigaciones geográficas*, n. 70, p. 135-153, 2009.
- CISOTTO, M. F.; VITTE, A. C. The public use of nature in the new pattern of urbanization: a compared study of Campinas (BR), Buenos Aires (AR) and Santiago (CH). In: Conferencia Geográfica Regional, 2011, Santiago. *Anales de la Conferencia Geográfica Regional (UGI2011)*. Santiago: Instituto Geográfico Militar, 2011.
- CISOTTO, M. F.; VITTE, A. C. A natureza e a produção do espaço urbano: o exemplo do entorno da Mata de Santa Genebra, Campinas (SP). Recife. *Revista de Geografia (UFPE)* v. 31, n. 3, p. 211-229, 2014.
- DE LIMA, R., J.C.; RIBEIRO, B. S. Os condomínios horizontais fechados em cidades médias brasileiras. In: Cabrales, L.F. (ed.), *Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas*, Guadalajara, pp. 373-396, 2002.
- DEMATTEIS, G. Suburbanización y periurbanización: ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, F. J. (Ed.). *La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998.
- ERRAZURIZ, T. Ocio, placer y (auto) movilidad en la construcción simbólica de los “alrededores de Santiago”. *EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, v. 42, n. 127, 2016.
- FORMIGA, N. Nuevos productos y agentes en el mercado inmobiliario. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. vol. 9, n. 194, 2005.
- FUENTES, C. et al. Comodificación y segregación socio-ambiental en Peñalolén: Comprender su estructuración territorial. *Revista Sociedad y Equidad*, n. 1, 2011.
- GIROLA, M. F. Imaginarios urbanos en zonas verdes y zonas rojas de la Región Metropolitana de Buenos Aires. In: *Cuadernos de Antropología Social*, 2004
- GOIS, D. V. et al. O processo de apropriação da natureza no espaço urbano em cidades tropicais: problematizando a distribuição de áreas verdes em Aracaju (SE). *Natural Resources*, Aquidabã, v.2, n.1, p.44-67, 2012.
- GONÇALVES, T. M. *Novas estratégias da produção imobiliária na Grande Vitória: um estudo sobre as recentes transformações sobre o espaço urbano de Serra*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.
- GOTTARDI, A. M. *A Retórica das mídias e suas implicações ideológicas*. Arte & Ciência, 2006
- HARVEY, D. *Produção Capitalista Do Espaço*. Annablume, 2005.
- HENRIQUE, W. Florianópolis/Brasil. A felicidade não tem preço, tem endereço: condomínios, loteamentos e a apropriação da natureza. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. n.9, 14, 2005.
- HENRIQUE, W. A cidade e a natureza: a apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. *GEOUSP*, n. 20, p. 65-77. São Paulo, 2006.
- HENRIQUE, W. A Natureza sempre foi bela, mas nunca tão sofisticada. A cidade e a valorização da natureza: os empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 31, p. 117-128, 2006a.
- HENRIQUE, W. Mercado imobiliário e mercantilização da natureza em Salvador e Região Metropolitana. *Mercator* (Fortaleza. Online), v. 10, p. 63-79, 2012.
- HERMANN, B. Estimando o preço implícito de amenidades urbanas: evidências para o município de São Paulo. 2003. Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- HERMANN, B.; HADDAD, E. Mercado imobiliário e amenidades urbanas: a view through the window. *Estudos Econômicos*, vol. 35, n. 2, 2005.
- HIDALGO, R. y ARENAS F. Negocios inmobiliarios en el frente litoral del Área Metropolitana de Valparaíso (AMV): entre la (des) protección del medio natural y la conservación del patrimonio cultural de la UNESCO. *Scripta Nova: revista electrónica de*

- geografía y ciencias sociales*. vol. 16, n. 418, 2012.
- HIDALGO, R.; ARENAS, F.; SANTANA, D. ¿Utópolis o distópolis? Producción inmobiliaria y metropolización en el litoral central de Chile (1992-2012). *EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*. v. 42, n. 126, 2016.
- HIDALGO, R.; BORSODORF, A. La exclusión residencial y el desarrollo de la ciudad moderna en América Latina: de la polarización a la fragmentación. El caso de Santiago de Chile. *Geographicalia*, n. 48, p. 5-29, 2016.
- HIERNAUX, D. Los imaginarios urbanos: de la teoría y los aterrizajes en los estudios urbanos. *EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, 33(99), 17-30, 2007.
- HIERNAUX, D. Los imaginarios del turismo residencial: experiencias mexicanas. In: MAZÓN, T.; HUETE, R.; MANTECÓN, A. (Eds.), *Turismo, urbanización y estilos de vida*. Las nuevas formas de movilidad residencial (pp. 109-125). Barcelona: Icaria, 2009.
- HIERNAUX, D.; HIDALGO, R., SANTANA, D.; ARENAS, F. Produciendo urbanización en el litoral de la región de Valparaíso: imaginarios y producción inmobiliaria. In: HIERNAUX, D. (Coord.), *Turismo, sociedad y territorio: una lectura crítica*. pp. 327-346, Querétaro: Universidad de Querétaro, 2015.
- IRARRÁZVAL, F. I. Clasificación y evaluación ambiental de zonas termales en el transecto entre las comunas de Pudahuel y Las Condes y su relación con el mercado inmobiliario. 2011.
- IRARRÁZVAL, F. I. El imaginario "verde" y el verde urbano como instrumento de consumo inmobiliario: configurando las condiciones ambientales del área metropolitana de Santiago. *Revista INVI*, v. 27, n. 75, p. 73-103, 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS (INE). *XVII Censo Nacional de Población y VI de Vivienda 2002*. Santiago: INE, 2002.
- JANOSCHKA, M. Urbanizaciones privadas en Buenos Aires: ¿hacia un nuevo modelo de ciudad latinoamericana?. In: Cabrales, L.F. (ed.), *Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas*, Guadalajara, pp. 287-318, 2002.
- JANOSCHKA, M. El modelo de ciudad latinoamericana. Privatización y fragmentación del espacio urbano de Buenos Aires: el caso Nordelta. *Buenos Aires a la deriva*. Transformaciones urbanas recientes, Buenos Aires. p. 96-131, 2006.
- LAYRARGUES, P. P. O anti-ecologismo e a dinâmica politicoambiental brasileira: desafios educação ambiental. *VI Encontro Nacional da ANPPAS*, Anais Eletrônicos, 2012.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEMOES, R. S.; ALCON, A. G. Do inferno ao paraíso: reflexões sobre natureza, produção do espaço e planejamento territorial municipal a partir do estudo de caso do empreendimento Liderville, no município de Sabará-MG. In: *Seminário Internacional Urbicentros*. Salvador, 2012.
- LUCHIARI, M. T. D. P. A Mercantilização das Paisagens Naturais. In: BRUHNS, Heloísa Turini; GUTIERREZ, Gustavo Luis (Org.). *Enfoques Contemporâneos do Lúdico*. Campinas: Autores Associados - FEF/Unicamp, 2002.
- MARENCO, S.; FORMIGA, N. De intermediarios a promotores: el caso de los agentes inmobiliarios en Bahía Blanca. In: *IX Jornadas Cuyanas de Geografía*. Mendoza, 2002.
- MERLINSKY, M. G. Conflictos ambientales y territorio [CLASE], en el curso: *Ecología política en el capitalismo contemporáneo*. Buenos Aires, Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini - Programa Latinoamericano de Educación a Distancia, 2009.
- MERLINSKY, M. G. Sociedad Civil y Desarrollo Local. In: *International Society for Third-Sector Research*. Michoacán, Editorial Porrúa, 2007.

- MEYER, K.; J. BÄHR. Condomínios in Greater Santiago de Chile and their Impact on the Urban Structure. In: *Die Erde*, 132, 3, pp. 293-321, 2001.
- MIGNAQUI, I. De falansterios, garden cities y ciudades privadas. In: SCA. *Revista de Arquitectura*, 194, pp. 36-43, 1999.
- OLIVEIRA, J. C. de; OLIVEIRA, R. C. de. A Apropriação da Natureza pelo Marketing Imobiliário em Salvador, Bahia, no Contexto de uma Sociedade de Risco Ambiental. *Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo*, v. 1, n. 2, 2016.
- PÉREZ, J. F. L.; GÓMEZ, D. L. D.; TORRES, L. V. La interfase urbano rural como territorio y espacio para la sostenibilidad ambiental. *Revista Ingenierías Universidad de Medellín*, v. 4, n. 7, p. 29-41, 2005.
- PÍREZ, P. La privatización de la expansión metropolitana en Buenos Aires. In *Economía, Sociedad y Territorio*. Toluca. El Colegio Mexiquense, v. 6, n.21, pp. 31-54, 2006.
- PONTES, B. A. M.; CASTILHO, C. J. M. O Conceito e a Instrumentalização da Natureza: Olhares Transversais na Dinâmica Territorial da Praia do Paiva-PE. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 9, n. 3, 2016.
- PRÉVÔT-SHAPIRA, M.F. Segregación, fragmentación, secesión. Hacia una nueva geografía social en la aglomeración de Buenos Aires. In: *Economía, Sociedad y Territorio*, 2, 7, pp. 405-431, 2000.
- RAUSCH, G. A. La ciudad y el depósito material de sus deseos: Santa Fe (Argentina) y las imágenes de su periferia. *Revista de Estudios Sociales*, n. 40, p. 89, 2011.
- REYES, S; FIGUEROA, I. M. Distribución, superficie y accesibilidad de las áreas verdes en Santiago de Chile. *EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, v. 36, n. 109, p. 89-110, 2010.
- RIECHMANN, J. et al. *Redes que dan libertad: introducción a los nuevos movimientos sociales*. Georgetown University UCC., 1994.
- RÍOS, D. M. Urbanización de áreas inundables, mediación técnica y riesgo de desastre: una mirada crítica sobre sus relaciones. *Revista de Geografía Norte Grande*, n. 47, p. 27-43, 2010.
- RÍOS, D. M. Planificación urbana privada y desastres de inundación: las urbanizaciones cerradas polderizadas en el municipio de Tigre, Buenos Aires. *Economía Sociedad y Territorio*, 2014.
- RÍOS, D.; Pírez, P. Urbanizaciones cerradas en áreas inundables del municipio de Tigre: ¿producción de esp-acio urbano de alta calidad ambiental? *EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, v.34, n.101, pp. 99-119, 2008.
- RIBEIRO, F. P. Matrices urbanas sustentáveis: um paralelo entre a cidade burguesa e a cidade de elite. *Revista GEOgrafias*, v. 11, p. 148-162, 2011.
- RIBEIRO, F. P. O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado. *Sociedade & Natureza* (UFU. Online), v. 24, p. 211-225, 2012.
- RODRÍGUEZ CHUMILLAS, I. y M. MOLLÁ RUIZ-GÓMEZ. Urbanizaciones cerradas en Puebla y Toluca. In: Cabrales, L.F. (ed.), *Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas*, Guadalajara, pp. 511-548, 2002.
- RODRÍGUEZ, J. P. R.; VARGAS, J. J. Valoración ambiental de las zonas verdes de una urbanización en Bogotá, Colombia, con el Método de precios Hedónicos. *Semestre Económico*, v. 19, n. 39, p. 13, 2016.
- RODRIGUES SOARES, P.R. Fragmentación y segregación espacial en ciudades no metropolitanas; las periferias urbanas del sur de Brasil. In: Cabrales, L.F. (ed.), *Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas*, Guadalajara, pp. 549-580, 2002.
- SABATINI, F. Conflictos Ambientales y desarrollo sustentable en las regiones urbanas, In: *EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, Santiago de Chile, Pontificia Universidad Católica de Chile, 1997. Vol. XXIII, número 68 [citado 29-07-2013], pp. 77-91.
- SABATINI, F.; G. CÁCERES; J. CERDA.. Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: tendencias de las tres

- últimas décadas y posibles cursos de acción. In: *EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, 27, 82, pp. 21-42, 2001.
- SANTANA, P. V. A Mercadoria Verde: A Natureza. In: *O Espaço no fim do século: A nova raridade*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- SCARIM, P. C., A "rara" propriedade. In: *O Espaço no fim do século: A nova raridade*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- SERPA, A. Parque Público: Um "Álibi Verde" no Centro de Operações Recentes de Requalificação Urbana? *Cidades*, Presidente Prudente-SP, v. 2, n. 3, 111-141, 2005.
- SILVA, A. B. *A reconfiguração de uma periferia de amenidades: à procura da natureza em Aldeia (Camaragibe/PE)*. 2015.
- SOBARZO MIÑO, O. A. Los condominios horizontales en Presidente Prudente, Brasil. In: Cabrales, L.F. (ed.), *Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas*, Guadalajara, pp. 423-440. 2002.
- SOEIRO, Í. C. de M.; CASTILHO, C. J. M. de. O Caráter Ideológico da Natureza e o Processo de Produção do Espaço em Tejipió/Recife. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 8, n. 1, p. 228-242, 2015.
- SVAMPA, M. *Los que ganaron*. La vida en los countries y barrios privados, Buenos Aires, Biblos, 2001.
- TURNER, F. W. *O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- UBERTI, M. S. Valoração ambiental no uso do solo urbano: aplicação do método dos valores hedônicos - estudo de caso no centro de Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Santa Catarina, p. 98, 2000.
- VIDAL-KOPPMANN, S. Segregación residencial y apropiación del espacio: La migración hacia las urbanizaciones cerradas del Área metropolitana de Buenos Aires (Argentina). *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. 5, 2001.
- VUAILLAT, Fanny. De la nature à vendre: fabrique urbaine et construction d'extra-territorialité à Recife (pe, Brésil). *Espaces et sociétés*, n. 2, p. 31-47, 2012.
- WALTER, M. Conflictos ambientales, socioambientales, ecológico distributivos, de contenido ambiental... Reflexionando sobre enfoques y definiciones. In: *Boletín ECOS* n.6, Madrid: CIP-ECOSOCIAL, 2009.
- WERTHEIMER, M. Una cátedra de conocimiento popular. El conflicto ambiental como transformador de lo social. In: *Revista Theomai. Estudios Críticos sobre Sociedad y Desarrollo*. Número 27. En prensa. Universidad Nacional de Quilmes, 2013.
- ZANOTELLI, C. L.; FERREIRA, F. C. A disseminação dos condomínios fechados em Serra – Região da Grande Vitória – ES – e os impactos ambientais da implantação de Alphaville. In: *XII Simpurb*. Belo Horizonte, 2011.
- ZANOTELLI, C. L.; FERREIRA, F. C. Impactos socioambientais e fragmentação urbana dos loteamentos fechados alphaville. *Sinais (UFES)*, v. 1, pp. 168-198, 2013.
- ZUNINO, H. M.; HIDALGO, R. En busca de una utopía verde: migrantes de amenidad en la Comuna de Pucón, IX región de la Araucanía, Chile. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, n. 14, p. 75, 2010.

Artigo recebido em: 01/11/2016

Aceito em: 07/12/2016